



Anais da Assembléia

Nº 105

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 03 DE AGOSTO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Vladimir Mirão Mais-trovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -
(e) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 69ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 03 DE AGOSTO DE 1992

(SEGUNDA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Aníbal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados João Arruda e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Aníbal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Albino Corazza, Alceu Swarowski, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Artur Ritti, José Tavares, Lygia Pupatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca de Macedo, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (53). Achando-se ausente o

seguinte Senhor Deputado: Mário Bezerra (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Sob a proteção de Deus, declaro instalado o 2º período de Sessões Ordinárias da 2ª Sessão Legislativa da 12ª Legislatura.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 53/92

Curitiba, 30 de junho de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a

SUPLEMENTAÇÃO		A N E X O		FL. 01		1	
ANEXO				CRS 1 000,00		I	
I		INATUREZA		IL		IN DOI	
I		I DA		IFTIDI		IPROCI	
I		IDESPESA		I IRJ		ICOP	
I		I		I		I	
4800	SECRETARIO ESPECIAL DO ESPORTE E	I	I	I	I	I	I
	TURISMO - ENTIDADES VINCULADAS	I	I	I	I	I	I
	I	I	I	I	I	I	I
4098	FUNDACAO DE ESPORTE E TURISMO -	I	I	I	I	I	I
	IFESTUR	I	I	I	I	I	I
2746	ADMINISTRACAO E GERENCIAMENTO DA	I	I	I	I	I	I
	IPOLITICA DE ESPORTE E TURISMO	I	3120.00	I40ILI	150.000	I41741	I
	I	I	3131.00	I40ILI	80.000	I41741	I
	I	I	3132.00	I40ILI	250.000	I41741	I
	I	I	3280.00	I40ILI	100.000	I41741	I
2747	IAPOIO AO DESENVOLVIMENTO DO	I	I	I	I	I	I
	IESPORTE AMADOR E COMPETICOES	I	I	I	I	I	I
	IESPORTIVAS	I	3120.00	I40ILI	50.000	I41741	I
	I	I	3131.00	I40ILI	70.000	I41741	I
	I	I	3132.00	I40ILI	100.000	I41741	I
	I	I	4120.00	I40ILI	50.000	I41741	I
	I	I	4130.00	I40ILI	1.500.000	I41741	I
2748	IPROMOCAO E DESENVOLVIMENTO DO	I	I	I	I	I	I
	ITURISMO NO PARANA	I	3120.00	I40ILI	50.000	I41741	I
	I	I	3132.00	I40ILI	100.000	I41741	I
T O T A L				I	2.500.000	I	I

A Diretoria Legislativa.

abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, aprovado pela Lei Estadual n° 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com atividades de esporte e turismo e convênios com Municípios decorrentes do cumprimento da Lei n° 50/90, de 08 de janeiro de 1990 e Decretos n°s 6.499 e 6.500, de 18 de janeiro de 1990.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de arrecadação da própria entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação de Esporte e Turismo - FESTUR, aprovado pela Lei Estadual n° 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de excesso de arrecadação da própria entidade.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 54/92

Curitiba, 07 de julho de 1992
Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada

consideração dessa egrêgia Assembleia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 23.052.000,00 (vinte e três milhões e cinquenta e dois mil cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão - FACILCAM, aprovado pela Lei Estadual n° 9.883 de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com a conclusão de novas salas de aula e dependências administrativas.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de excesso de superávit financeiro, apurado no balanço patrimonial daquela entidade no exercício de 1991.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrêgia Assembleia Legislativa, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 23.052.000,00 (vinte e três milhões e cinquenta e dois mil cruzeiros) ao vigente orçamento próprio da Fundação Faculdade de Ciências e Letras de Campo Mourão - FACILCAM, aprovado pela Lei Estadual n° 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de superávit financeiro apurado no balanço patrimonial daquela entidade no exercício de 1991.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	
ANEXO				CR\$ 1.000,00	
CODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	DA	VALOR	
I	I	I	I	I	I
1200	ISECRETARIA DE ESTADO DA INDUSTRIA	I	I	1	
	II DO COMERCIO - ENTIDADES	I	I	1	
	IV INCULADAS	I	I	1	
1234	IFUNDACAO FACULDADE DE CIENCIAS E	I	I	1	
	II LETRAS DE CAMPO MOURAO	I	I	1	
1154	IEDIFICACOES E EQUIPAMENTOS PARA	I	I	1	
	IFACILCAM	I	I	1	
		J	4110.0014011	23.052	1421
		TOTAL	J	23.052	I

Mensagem n° 055/92

Curitiba, 09 de julho de 1992.

Senhor Presidente,
Senhores Deputados.

Dando cumprimento ao disposto no artigo 20 da Lei Estadual n° 9647, de 11 de julho de 1991 e no artigo 6° da Lei Estadual n° 9.883, de 26 de dezembro de 1991, comunicamos que estamos procedendo à segunda correção dos Orçamentos Fiscal, Próprio da Administração Indireta e da Programação Orçamentária Global das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista.

O índice estabelecido de 75%, é decorrente do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM da Fundação Getúlio Vargas, em virtude da indisponibilidade do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE. O valor acumulado no trimestre atingiu 78,54%, referente a 19,94% de abril, 20,43% de maio e 23,61% de junho.

Salientamos que dos valores corrigidos somente serão autorizadas despesas quando as fontes de recursos estiverem asseguradas, em consonância com a programação orçamentária e financeira trimestral.

Tendo em vista que a correção obedece as regras normais de arredondamento dos números, o Orçamento Geral do Estado passará a ter a seguinte composição.

	Cr\$ Milhões
ORÇAMENTO FISCAL	7.878.949
ORÇAMENTO PRÓPRIO DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (exclusive transferências do Tesouro)	1.408.675
PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GLOBAL DAS EMPRESAS PÚBLICAS E SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA (exclusive transferências do Tesouro)	13.674.389
T O T A L G E R A L	22.962.013

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossas Excelências as minhas expressões de estima e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 56/92

Curitiba, 20 de julho de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência a fim de formular proposição no sentido de que essa augusta Assembléia Legislativa aprove medida que, nos termos do art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, autorize o Poder Executivo, através do Instituto de Terras, Cartografia e

Curitiba, segunda, em 03.08.92

Florestas - ITCF, a alienar a Pedro Luiz Desengrini Fornari o imóvel constituído pelo lote n° 93, da Gleba n° 6, da Colônia Boa Ventura, Município de Pitanga, com área de 253,6194 hectares.

Cumprе esclarecer que a regularização dos imóveis pertinentes à Colônia Boa Ventura vem sendo realizada nos termos da Lei 7.055, de 4 de dezembro de 1978, em nome dos ocupantes, segundo o Plano de Colonização organizado em decorrência da Discriminatória Judicial que determinou o cancelamento das matrículas que tinham origem no documento contestado pelo Estado do Paraná.

Não se trata, a rigor, de uma nova alienação e sim de regularização de áreas consideradas devolutas pela Justiça e cujo processo vem se desenvolvendo gradativamente, porém, neste caso, torna-se necessário a participação do Poder Legislativo, atendendo ao que dispõe o art. 54, inciso XXXI, da Constituição Estadual, já citado.

Cumprе ainda destacar que o assunto foi devidamente examinado pelos órgãos competentes do Poder Executivo, através do expediente protocolado sob n° 1.087.013-5, de 4 de outubro de 1991, onde, inclusive, se contém laudo de avaliação da questionada área, a valores de mercado, com prazo certo de validade e sujeita à correção monetária.

Certo de que a presente proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ANIBAL KHURY

Governador do Estado em exercício
A Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIO

Sob os n°s DTL/SAT/150, 168 e 190/92, do Senhor Governador do Estado, restituindo a este Poder Legislativo os Projetos de Lei n°s 074/92, 044/92 e 155/92. Ao conhecimento da Casa.

Sob os n°s DTL/SAT/151, 152, 153, 154, 164, 167, 191, 192, 193, 194, 224, 225, 226 e 227/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VETADO INTEGRALMENTE os Projetos de Lei n°s 208/91, 050/92, 386/91, 511/91, 465/91, 158/91, 446/91, 510/91, 589/91, 529/91, 103/92, 352/91, 393/91 e 053/92, por julgá-los contrários aos interesses públicos. A Comissão de Constituição e Justiça.

Sob os n°s DTL/SAT/166, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 196 e 228/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver VÉ-

VETADO PARCIALMENTE os Projetos de Lei n°s 492/91, 191/92, 161/92, 173/92, 166/92, 192/92, 167/92, 152/92 e 069/92, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público. A **Comissão de Constituição e Justiça**.

Sob o n° DTL/SAT/195/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **VETADO PARCIALMENTE** o Projeto de Lei Complementar n° 381/91, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. A **Comissão de Constituição e Justiça**.

Sob o n° DTL/SAT/222/92, do Senhor ANIBAL KHURY - Governador do Estado, em exercício, comunicando haver **VETADO PARCIALMENTE** o Projeto de Lei n° 005/92, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público. A **Comissão de Constituição e Justiça**.

Sob os n°s DTL/SAT/144, 145, 148, 149, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 165, 169, 170, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221 e 223/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver **SANCIONADO** os Projetos de Lei n°s:

79/92: De autoria do Deputado ANTÔNIO COSTENARO, que dispõe que a gasolina comercializada em todo território do Paraná conterà obrigatoriamente um percentual de 22% de álcool anidro, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.998. **Anote-se - Arquivo-se.**

113/92: Do PODER EXECUTIVO, que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 8.557.000.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio-Ambiente, o qual convertido em Lei tomou o n° 9.999. **Anote-se - Arquivo-se.**

182/92: Do PODER EXECUTIVO, que reajusta os vencimentos do funcionalismo do Poder Executivo e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.000. **Anote-se - Arquivo-se.**

183/92: Do PODER EXECUTIVO, que reajusta, conforme especifica, os salários dos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.001. **Anote-se - Arquivo-se.**

142/92: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 19.000.000.000,00, ao vigente orçamento da

Secretaria de Estado dos Transportes, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.004. **Anote-se - Arquivo-se.**

119/92: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.005. **Anote-se - Arquivo-se.**

112/92: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 210.000.000,00, ao vigente orçamento do Tribunal de Alçada, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.006. **Anote-se - Arquivo-se.**

120/92: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.614.000,00, ao vigente orçamento próprio da Biblioteca Pública do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.007. **Anote-se. Arquivo-se.**

094/92: De autoria do Deputado PAULO MAIA, que declara de Utilidade Pública a Casa da Estudante Universitária de Curitiba, com sede no Município de Curitiba, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.008. **Anote-se - Arquivo-se.**

525/91: De autoria do Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, que autoriza o Poder Executivo a promover estudos no sentido de avaliar a necessidade da integração do transporte coletivo da Região Metropolitana de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.009. **Anote-se - Arquivo-se.**

108/92: De autoria do Deputado JOÃO IENSEN, que concede o título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Senhor Pastor JOSÉ PEREIRA DE ALMEIDA, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.010. **Anote-se - Arquivo-se.**

109/92: De autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Feminina de Assistência às Dependentes de Drogas e/ou Alcool, com sede e foro no Município de Jacarezinho, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.011. **Anote-se - Arquivo-se.**

067/92: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a firmar escritura pública de dação em pagamento do imóvel que especifica, como quitação de dívida ativa da empresa LABRA - INDÚSTRIA BRASILEIRA DE LÁPIS S/A, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.012. **Anote-se - Arquivo-se.**

105/92: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza a doação à COHAPAR, dos lotes de terrenos que especifica, situados em Itapejara

D'Oeste, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.013. **Anote-se - Arquivo-se.**

199/91: De autoria do Deputado PAULO MAIA, que dispõe sobre concessão de acesso a rodovias estaduais, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.015. **Anote-se - Arquivo-se.**

122/92: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 22.820.000.000,00, ao vigente orçamento da Administração Geral do Estado, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.016. **Anote-se - Arquivo-se.**

187/92: Do TRIBUNAL DE CONTAS que reajusta as tabelas de vencimentos dos cargos que especifica, dos Quadros de Pessoal do Tribunal de Contas do Estado e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.025. **Anote-se. Arquivo-se.**

146/92: De autoria do Deputado DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA, que declara de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Cafelândia, com sede e foro no Município, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.026. **Anote-se. Arquivo-se.**

138/92: De autoria do Deputado DLR VAL AMARAL, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Florai, com sede na cidade de Florai e foro na comarca de Nova Esperança, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.027. **Anote-se. Arquivo-se.**

137/92: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a Associação de Senhoras de Rotarianos do Rotary Clube de União da Vitória - Porto União, com sede e foro no município de União da Vitória, no Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.028. **Anote-se. Arquivo-se.**

139/92: De autoria do Deputado PLAUTO MIRO GUIMARÃES, que declara de Utilidade Pública a Instituição Beneficente Casa de São Luiz, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.029. **Anote-se. Arquivo-se.**

135/92: De autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pesquisa e Tratamento do Alcoolismo, com sede na cidade de Campo Largo, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.030. **Anote-se. Arquivo-se.**

076/91: De autoria do Deputado ALGACI TOLIO, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Servidores Municipais de Pa-

ranaguá, com sede e foro no município de Paranaguá, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.031. **Anote-se. Arquivo-se.**

145/92: De autoria do Deputado DOBRANDINO GUSTAVO DA SILVA, que declara de Utilidade Pública a Associação Albergue Noturno de Foz do Iguaçu, com sede e foro no município, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.032. **Anote-se. Arquivo-se.**

060/91: De autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CESAR, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres do Colégio Estadual Regente Feijó - Ensino de 1° e 2° graus, com sede e foro na cidade de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.033. **Anote-se. Arquivo-se.**

126/92: De autoria do Deputado TOTI COLAÇO, que declara de Utilidade Pública a União Mourãoense dos Estudantes Secundários de 1° e 2° graus - UMES, com sede e foro no Município de Campo Mourão, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.034. **Anote-se. Arquivo-se.**

134/92: De autoria do Deputado OSWALDO TREVISAN, que declara de Utilidade Pública o Sindicato Rural de Cornélio Procopio, com sede e foro na Avenida Minas Gerais, n° 890, no Município e cidade do mesmo nome, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.035. **Anote-se. Arquivo-se.**

151/92: De autoria do Deputado ALGACI TOLIO, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores Unidos da Vila Guaira, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.036. **Anote-se. Arquivo-se.**

160/92: Do PODER JUDICIÁRIO, que dá nova redação ao art. 34, da Lei n° 8.280/86, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.037. **Anote-se. Arquivo-se.**

136/92: Do PODER EXECUTIVO, que estabelece as diretrizes para elaboração dos orçamentos do Estado, relativos ao exercício financeiro de 1993, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.039. **Anote-se. Arquivo-se.**

154/92: De autoria do Deputado JOÃO PREIS, que declara de Utilidade Pública a Instituição de Proteção ao Menor Carente de Sarandi - PROMEC, com sede e foro na cidade de Sarandi, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.040. **Anote-se. Arquivo-se.**

158/92: Do PODER EXECUTIVO, que autoriza o Poder Executivo a ceder, à Fundação Caetano Munhoz da Rocha, os lotes de terrenos que especifica, situados na cidade de Cascavel, o qual convertido em Lei tomou o n°

10.041. Anote-se. Arquivo-se.

148/92: De autoria do Deputado PLAUTO MIRO GUIMARÃES, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Vila Palmeiras, com sede e foro na cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.042. **Anote-se. Arquivo-se.**

176/92: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 8.000.000.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.043. **Anote-se. Arquivo-se.**

128/92: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que dispensa de frequência, conforme específica, servidores públicos que forem convocados pela Justiça Eleitoral para compor mesas receptoras de votos e adota outras providências, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.044. **Anote-se. Arquivo-se.**

159/92: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 210.631.000,00, ao vigente orçamento próprio da Superintendência dos Recursos Hídricos e Meio Ambiente - SUREHMA, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.045. **Anote-se. Arquivo-se.**

371/92: De autoria do Deputado NEIVO BERARDIN, que declara de Utilidade Pública a Igreja Evangélica Cristo Vive de Curitiba - Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.046. **Anote-se. Arquivo-se.**

193/92: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.000.000.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.047. **Anote-se. Arquivo-se.**

059/92: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amigos do Museu de Arte Contemporânea, Museu da Imagem e do Som e Museu Paranaense - AAMAC/MIS/MP, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.048. **Anote-se. Arquivo-se.**

185/92: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública a Associação Paranaense de Portadores de Doenças Renais, Doadores e Transplantados Renais - APARTRANS, com sede e foro nesta Capital, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.049. **Anote-se. Arquivo-se.**

188/92: do PODER EXECUTIVO, que dispõe

sobre a criação de Fundos Rotativos nas Escolas Estaduais e nas Delegacias de Polícia, na forma que especifica, o qual convertido em Lei, tomou o n° 10.050. **Anote-se. Arquivo-se.**

189/92: Do PODER EXECUTIVO, que institui a gratificação de Apoio Educacional e gratificações pelo local de exercício e por exercício no período noturno, aos Professores e Especialistas de Educação, conforme específica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.051. **Anote-se. Arquivo-se.**

195/92: Do PODER EXECUTIVO, que altera o padrão das categorias funcionais que menciona, constantes das Leis n°s 7.424/80 e 99.877/91, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.052. **Anote-se. Arquivo-se.**

115/92: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 20.416.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.053. **Anote-se. Arquivo-se.**

130/92: Do PODER EXECUTIVO, que dispõe sobre o funcionamento de Cantinas Comerciais nas Escolas de 1° e 2° graus da rede oficial de ensino, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.054. **Anote-se. Arquivo-se.**

168/92: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 969.760.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.055. **Anote-se. Arquivo-se.**

123/92: De autoria do Deputado OSWALDO TREVISAN, que concede o título de Cidadã Honorária do Paraná a Senhora GILDA POLI, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.056. **Anote-se. Arquivo-se.**

133/92: De autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que declara de Utilidade Pública o Instituto Vida Natural, com sede e foro na Cidade de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.057. **Anote-se - Arquivo-se.**

157/92: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 497.110.000,00, ao vigente orçamento próprio da Fundação Universidade Estadual de Ponta Grossa, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.058. **Anote-se - Arquivo-se**

117/92: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 280.826.000,00, ao vigente orçamento do Instituto de Terras, Cartografia e Flores-

tas do Estado do Paraná - ITCF, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.059. **Anote-se - Arquite-se.**

141/92: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 6.276.343.000,00, aos vigentes orçamentos próprios da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, Colégio Estadual do Paraná, Departamento de Imprensa Oficial do Paraná - DIOE e do Departamento de Trânsito - DETRAN, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.060. **Anote-se - Arquite-se.**

121/92: Do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 4.500.000.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.061. **Anote-se - Arquite-se.**

177/92: do PODER EXECUTIVO, que autoriza a cessão do imóvel que especifica à Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano - APADEH, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.062. **Anote-se - Arquite-se.**

156/92: do PODER EXECUTIVO, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.000.000.000,00, ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Administração, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.063. **Anote-se - Arquite-se.**

Lei Complementar n° 526/91: De autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que institui, em todo o território estadual, a taxa relativa aos serviços de classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico, na forma que especifica, o qual foi convertido em Lei Complementar n° 65. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o n° ATG 0499/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando sua viagem com destino a Assunção, Paraguai no período de 17 a 21 de julho de 1992, para tratar de assuntos relacionados com o MERCOSUL, mediante participação na XI EXPO/FEIRA Internacional de Ganaderia, Indústria, Agricultura, Comércio y Servicios, organizada pela Asociacion Rural del Paraguay - Union Industrial Paraguaya. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 015/92, do Senhor MÁRIO PEREIRA - Vice-Governador do Estado, comunicando seu afastamento do Estado, em visita oficial para acompanhar o Senhor Governador do Estado, com destino ao Paraguai, nos dias 17 a 21 de julho de 1992. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° GP. 132/92, do Senhor Deputado ANIBAL KHURY, que conforme comunicação do Senhor Governador ROBERTO REQUIÃO DE MELLO E SILVA e do Vice-Governador MÁRIO

PEREIRA, através dos Ofícios n°s ATG 0499/92 e 015/92, respectivamente, e em consequência do 1° Vice-Presidente Deputado ALGACI TOLIO encontrar-se no exercício do cargo de Prefeito desta Capital, informo que assumirei o Governo do Estado e CONVOCO o 2° Vice-Presidente Deputado HEINZ GEORG HERWIG, para assumir a Presidência deste Poder, no período de 17 a 21 de julho de 1992. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 1275/92, do Senhor RAFAEL IATAURO - Presidente do Tribunal de Contas, em cumprimento às disposições constitucionais, encaminha o protocolado sob n° 12.154/92-TC, referente às Contas do Governo do Estado do Paraná, do exercício de 1991. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° 1276/92, do Senhor RAFAEL IATAURO - Presidente do Tribunal de Contas, conforme dispositivo da Constituição Estadual, constante do art. 75, parágrafo 4°, encaminha relatório das atividades desenvolvidas pelo Tribunal de Contas, durante o exercício de 1991. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o n° ATCC 3013/92, do Senhor CAITO QUINTANA - Chefe da Casa Civil, encaminhando cópias dos contratos celebrados entre o DECOM e as empresas E.P.C. - Empresa Paranaense de Construção Civil e Empreendimentos Ltda, em resposta a PEDIDO DE INFORMAÇÕES solicitada pelos Deputados PAULO MAIA, ALBINO CORAZZA NETO, CEZAR SILVESTRI, EMILIA BELINATI e ALGACI TOLIO. **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° 734/GAB/92, do Senhor JOSE AFONSO JÚNIOR, Secretário Especial de Esporte e Turismo, em resposta a PEDIDO DE INFORMAÇÕES, solicitada pelo Deputado CARLOS SIMÕES, sobre "dados relativos ao Ginásio de Esportes Almir de Almeida - "Ginásio do Tarumã". **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 2027/92, do Senhor CAITO QUINTANA - Chefe da Casa Civil, em resposta a PEDIDO DE INFORMAÇÕES solicitada pelo Deputado LUIZ CARLOS MARTINS, pedindo esclarecimentos a COPEL a respeito de desapropriação e pagamento de um lote na Vila São Pedro/Campo Largo. **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 2055/92, do Senhor CAITO QUINTANA - Chefe da Casa Civil, em resposta a PEDIDO DE INFORMAÇÕES solicitada pelo Deputado ALGACI TOLIO, sobre procedimentos da Rádio e Televisão Educativa do Paraná e da Biblioteca Pública do Paraná. **Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.**

Sob o n° ATCC 2073/92, do Senhor CAITO QUINTANA - Chefe da Casa Civil, em resposta a PEDIDO DE INFORMAÇÕES solicitada pelos Deputados PAULO MAIA, ALBINO CORAZZA NETO, CEZAR SILVESTRI, ALGACI TOLIO e EMILIA BELINATI, sobre formas e condições em

que foram celebrados contratos entre o Banco do Paraná e as Empresas E.P.C. - Empresa Paranaense de Construções Ltda., e SERKOL - Construções Cíveis e Empreendimentos Ltda. Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Sob o n° ATCC 3040/92, do Senhor CAITO QUINTANA - Chefe da Casa Civil, em resposta a PEDIDO DE INFORMAÇÕES solicitada pelos Deputados PAULO MAIA, ALBINO CORAZZA NETO, CEZAR SILVESTRI, ALGACI TOLIO e EMILIA BELINATI, sobre formas e condições em que foram celebrados contratos entre a SANEPAR e as empresas E.P.C. - Empresa Paranaense de Construções Ltda. e SERKOL - Construções Cíveis e Empreendimentos Ltda. Ao conhecimento do Senhor Deputado interessado.

Ofício ATG 0513/92.

Curitiba, 31 de julho de 1992.

Senhor Presidente.

Comunico a Vossa Excelência que estarei em viagem às Províncias de Santa Fé e Buenos Aires, República Argentina, no período de 5 a 10 de agosto, a fim de tratar de assuntos de interesse do Estado do Paraná.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência as expressões do meu elevado apreço.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

Ofício n° 442/92

Curitiba, 03 de agosto de 1992.
Senhor Presidente.

Tomo a liberdade de dirigir-me a Vossa Excelência para solicitar justificativa a minha ausência aos trabalhos parlamentares deste dia 03 de agosto, quando se iniciam as atividades nesta Casa, referentes ao segundo semestre de 1992. Compromissos inadiáveis assumidos junto à Comunidade do município de Cianorte impedem-me a presença nesta Assembleia Legislativa.

Certo de poder contar com a compreensão de Vossa Excelência, antecipo sinceros agradecimentos.

(a) MARIO BEZERRA - Deputado Estadual.

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1145-A

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n° 200/92, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n° 53/92, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de cruzeiros) ao orçamento próprio da Fundação de Esporte e Turismo-FESTUR.

Sala das Sessões, em 03.08.92.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO N° 1135

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do advogado e jornalista Sr. REINALDO DACHEAUX PEREIRA, ocorrido dia 21.07.92, nesta Capital.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dado ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.08.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Com idade de 74 anos faleceu, nesta Capital em 21.07.92, o jornalista e advogado Reinaldo Dacheaux Pereira, vítima de pertinaz enfermidade.

O extinto deixa viúva a Senhora Dalva Dacheaux Pereira, um filho e uma neta.

Dacheaux Pereira foi chefe da Casa Civil no Governo de Moisés Lupion, foi Procurador do Estado junto ao Tribunal de Contas do Estado. Presidiu o Curitiba Futebol Clube, levando-o ao título de campeão.

Como jornalista pertenceu à GAZETA DO POVO onde iniciou como repórter, na Página Esportiva, por volta do ano de 1940, chegando a Secretário de Redação. Dacheaux dirigiu todos os trabalhos de informação até 1961 e, mesmo depois de haver se aposentado de todas as suas funções continuou ainda escrevendo a coluna "Autores e Livros".

O desaparecimento de Reinaldo Dacheaux Pereira veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seus colegas de trabalho e seu grande círculo de amigos.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Reinaldo.

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família DACHEAUX PEREIRA endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1136

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, a consignação, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Advogado SEBASTIAO RODRIGUES JUNIOR, ocorrido em 24 de julho o corrente ano, em SÃO PAULO.

Outrossim, requer que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 03.08.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Vítima de infarto, faleceu em São Paulo, o advogado Sebastião Rodrigues Júnior, deixando viúva a Sra. Marlene Rehbein Rodrigues e as filhas Tatiana, Larissa e Malena.

Sebastião Rodrigues foi um dos fundadores do extinto MDB, hoje PMDB. Foi Deputado Estadual, Deputado Federal e alto funcionário do Banco do Brasil, inclusive dirigiu a Carteira de Crédito Agrícola.

Faleceu no exercício do Cargo de Secretário para Assuntos Exteriores.

O passamento de Sebastião Rodrigues Júnior veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu grande círculo de amigos, entre os quais este Deputado.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquele que soube conquistar a nossa amizade.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto no céu as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; sua alma engrandecerá o Senhor, que olhará para a condição humana de seu servo Sebastião.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado, tem o dever de associar-se à dor que abalou a família Rodrigues, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1137

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista JOSE WANDERLEY DIAS, ocorrido no dia 09 de julho próximo passado, na cidade de Belo Horizonte.

Da decisão da Casa, pede seja dada ciência à família enlutada, na pessoa de seu filho Renato Soares Dias, à rua André de Barros, 246, 2° andar, Centro - CURITIBA-PR.

Sala das Sessões, em 03.08.92.

(a) ERONDY SILVERIO

JUSTIFICATIVA:

Vítima de lamentável acidente, faleceu juntamente com sua esposa, dona Neusa, o jornalista José Wanderley Dias. Perde assim, o Paraná, um dos seus mais eminentes jornalista, advogado e professor, conhecido nacionalmente pelas suas crônicas diárias, que levava o título de "A VISTA DO MEU PONTO".

Nada podemos acrescentar para enaltecê-lo, que já não tenha sido dito, escrito e divulgado em todos os meios de comunicação, assim, resta-nos apenas deixar gravado nos Anais desta Casa, através deste voto de pesar, a nossa última homenagem e nosso adeus a José Wanderley Dias.

REQUERIMENTO N° 1138

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da presente sessão, voto de profundo pesar pelo falecimento do jornalista ARAMIS MILLARCH, ocorrido nesta Capital, no dia 13 de julho próximo passado.

Da decisão da Casa, pede seja dada ciência à família enlutada, à Avenida Paraná, 345, CURITIBA-PR.

Sala das Sessões, em 03.08.92.

(a) ERONDY SILVERIO

JUSTIFICATIVA:

Perde o Paraná, com poucos dias de diferença, mais um jornalista de renome, um crítico de arte que sempre defendeu os valores paranaenses.

Aramis Millarch foi um dos grandes batalhadores em prol da cultura paranaense, fundador da Fundação Cultural de Curitiba, onde foi o seu primeiro Diretor-Executivo, conseguiu projetar-se nacionalmente ao fazer parte dos fundadores da Associação de Pesquisa da MPB (Música Popular Brasileira).

Seu desaparecimento deixa para os artistas, para os amigos e no seio de seus familiares, uma lacuna difícil de ser preenchida.

REQUERIMENTO N° 1140

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos à Comissão Organizadora das Festividades Comemorativas do Centenário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Clevelândia.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência aos senhores Antônio Selso Bortolini, Jenyr Crestani, João Carlos Arnt, Miriam Natália Crestani, Danilo Leão, Tito Lívio Peruzzo, Juarez de Jesus Flores, Sérgio Brun e Rogério Roncatto.

Sala das Sessões em 03.08.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Clevelândia viveu trinta dias de grande júbilo para sua população, para seus administradores, para a Comissão Organiza-

dora, para seus filhos e também aos seus visitantes com as festividades do centenário de sua emancipação político-administrativa comemorada durante todo o mês de junho.

Com a participação de toda a classe empresarial, bem como de toda a comunidade de Clevelândia, foram realizadas com grande pompa as festividades alusivas ao seu centenário.

A história de Clevelândia começa em 28 de junho de 1892, que com o correr dos seus cem anos, foi crescendo e transformando-se em cidade, recebendo migrações que permitiram um desenvolvimento significativo marcado por muito esforço, principalmente aquele desenvolvido pela tradicional família clevelandense, cuja história é rica em fatos.

Daquele rincão modelos cívicos, morais, religiosos e políticos compuseram o perfil do homem paranaense, criado sob a influência da civilização. Daí as muitas figuras titulares que ornamentam a genealogia das famílias que povoaram Clevelândia.

A passagem do seu centenário representou muito mais que uma comemoração, foi um evento que marcou além do seu registro histórico, uma Clevelândia renovada pela fibra do seu povo ao longo da história.

Clevelândia, berço da civilização paranaense, depositária das passagens mais brilhantes de nossa história, chega aos cem anos com um estilo moderno de ser, mas sem perder suas raízes e sem perder o seu passado de glórias e sua história com o desenvolvimento integrado e harmônico de toda a população com as autoridades municipais.

A manifestação cultural em todos os eventos foi bastante acentuada, mas a preservação de todo esse trabalho foi historicamente significativa pela passagem e estímulo de todos os integrantes da comissão pró-festejos do centenário que soube conduzir com modelar capacidade toda a programação.

Os problemas são o ponto que une a todos os clevelandenses, legítimos ou não, são eles que impulsionam o progresso, as grandes conquistas e os avanços mostram que é com trabalho e dedicação que se forja um grande e admirado município e que se melhoram as condições de vida da população.

Nesta oportunidade que registramos nos Anais para a história, toda Comissão Organizadora, bem como a população de Clevelândia, é credora de nossa homenagem.

REQUERIMENTO N° 1141

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos à POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PARANÁ pela passagem do 138° aniversário da Corporação.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, se dê ciência ao Exmo. Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública. Dr. JOSÉ MOACIR FAVETTI e ao Coronel MIGUEL ARCANJO CAPRIOTTI, Comandante Geral da Polícia Militar do Estado do Paraná para que receba e dê conhecimento a todos os componentes da Corporação.

Sala das Sessões, em 03.08.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

A Polícia Militar do Estado do Paraná, está comemorando seus 138 anos de existência. Desde sua criação em 1854, aquela corporação vem se caracterizando pelos inúmeros serviços que presta à coletividade. Garantindo a segurança pública, preservando a ordem e a tranquilidade, dando assistência à população e se fazendo presente sempre que necessário em todos os momentos. O policial militar é um participante ativo do cotidiano de nossa gente.

A Polícia Militar que se vê hoje, fiel aos ditames da legislação federal que definiu, de maneira clara e precisa, seu campo de atuação, grandemente ampliado pelas disposições do Decreto Lei 667, de 2 de julho de 1969, regulamentado pelo Decreto Federal n° 88777, de 30 de setembro de 1983 estando vigilante e pronta, a toda hora, para acionar o policiamento ostensivo normal, urbano e rural. Preparada também está para, em qualquer circunstância, reprimir a subversão da ordem ou a ameaça de sua erupção.

Presente e atuante está a Polícia Militar do Estado do Paraná para, em todas as situações, garantir a segurança do povo paranaense, que assim poderá usufruir plenamente dos direitos que o regime lhe assegura, explorar as riquezas que brotam da terra, viver todas as possibilidades que o Estado apresenta. Fator preponderante para tais objetivos tem sido a disciplina forte e consciente, cuja constante prática forma poderoso elo de coesão a impulsionar a PMPR.

Portanto, nesta significativa data em que a valorosa Polícia Militar do Estado do Paraná comemora seus 138 anos de existência é justo que o Poder Legislativo congratule-se com todo seu efetivo, por intermédio do seu Comandante Coronel MIGUEL ARCANJO CAPRIOTTI.

REQUERIMENTO N° 1142

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no

uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consagração, na Ata dos trabalhos da sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de MARIÓPOLIS pela passagem do 32º aniversário de sua emancipação política.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal, NEURI ROQUE ROSSETTI GEHLEN, ao Vice-Prefeito Sr. NADIR PEREIRA, bem como a todos os Senhores Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de MARIÓPOLIS.

Sala das Sessões, em 03.08.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Dia 25 de julho próximo passado o município de Mariópolis comemorou seus 32 anos de emancipação política.

Quando Mariópolis comemorou seus 32 anos, constatamos com muita satisfação que o Município atravessa fase de grande desenvolvimento econômico, urbanístico e social, graças ao desprendimento de sua gente, tendo à frente o Prefeito Municipal, o Vice-Prefeito, bem como todos os Senhores Vereadores irmanados nos mesmos propósitos para a grandeza do Município, a firmeza de trabalho e progresso de toda a sua população.

É possível sentir e viver hoje a transformação de Mariópolis, com seu crescimento, com seus administradores preocupados e compromissados com as mudanças que estão a promovê-las, sempre contando com o apoio e a participação do seu povo, exultante de contentamento com o progresso e a qualidade de vida da população eminentemente trabalhadora.

Foi com grande júbilo que o povo de Mariópolis comemorou o 32º aniversário de seu Município. A certeza de dias melhores, aliada a tudo o que o povo conquistou com muito trabalho e dedicação, converte-se efetivamente em realidade.

Nesta data tão significativa toda a população de Mariópolis é credora de nossa homenagem com a mesma garra e a mesma pujança, sendo exemplo e cópia modelo para as demais cidades paranaenses.

REQUERIMENTO Nº 1144

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata da presente sessão, voto de congratulações ao PARANÁ FUTEBOL CLUBE, pela conquista do título de Campeão Brasileiro da Divisão Classificatória.

A decisão da Casa, pede seja dada ciência a agremiação, na pessoa de seu Presidente Darci Piana, à Avenida Presi-

dente Kenedy nº 2377 - Vila Guaíra - Curitiba - Pr. CEP. 80610.010.

Sala das Sessões, em 03.08.92.

(a) ERONDY SILVERIO

JUSTIFICATIVA:

O PARANÁ FUTEBOL CLUBE, em seu primeiro ano, sagrou-se Campeão Paranaense. E agora desponta para uma nova realidade consagrando-se, ao conquistar o título de Campeão Brasileiro da Divisão Classificatória, no time paranaense que desponta para uma nova realidade, ao elevar o futebol do Paraná aos píncaros da glória, com apenas dois anos de existência.

Cabe aqui, ressaltar os méritos de seus dirigentes e jogadores, que saindo de Curitiba, foram conquistar o merecido título na distante Bahia ao enfrentar e vencer o time do Vitória, que juntamente com o Campeão Paraná, passará a integrar o grupo de elite do Campeonato Brasileiro de 1993.

REQUERIMENTO Nº 1143

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que se registre em Ata dos trabalhos, voto de congratulações e muito aplauso ao Jornal TRIBUNA DE SÃO JOSÉ, fundado em 20 de junho de 1957 e que está completando 35 anos de existência!

É importante o evento, pois um órgão de imprensa, sobreviver a tantos anos e a tantos episódios políticos que marcaram nossa história e que provocaram sérios problemas à livre atividade jornalística, merece o aplauso, o reconhecimento de todos!

Saudamos os Companheiros da Tribuna de São José, em particular seu Redator Chefe, Jornalista RENÉ MIRANDA, que comanda com eficácia exemplar e dota a nossa vizinha cidade de São José dos Pinhais, com um formidável jornal, moderno, ligado a suas raízes, atendendo aos interesses de seu povo e atuante!

Estes cumprimentos são extensivos a toda a equipe da Tribuna de São José e formulamos os votos de sucesso e que continuem a trilhar este caminho de seriedade, do bom jornalismo, digno de ser emitido!

Sala das Sessões, em 03.08.92.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 1130

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor JAIME RICARDO PACIORNIK, Digníssimo Superintendente do Instituto de Previden-

cia do Estado - I.P.E., solicitando seja reativado o Posto de Atendimento Médico e Odontológico na Cidade de Ponta Grossa, bem como a renovação de estoque na Farmácia daquele Instituto, que se encontra desprovida de medicamentos necessários à população daquela cidade.

Sala das Sessões, em 03.08.92.

(a) PLAUTO MIRO GUIMARÃES

REQUERIMENTO N° 1139

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente, em caráter de urgência, ao Excelentíssimo Senhor Doutor AFONSO ALVES DE CAMARGO NETO, Ministro de Estado dos Transportes e Comunicação, no sentido de determinar a inclusão, no Orçamento Geral da União para o exercício de 1993, da conclusão das obras do Contorno Leste de Curitiba.

Sala das Sessões, em 03.08.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Curitiba, o Paraná e todo o Sul do Brasil, não se conforma com a paralisação das obras do Contorno Leste de Curitiba, ligando a BR-116 na região Pinheirinho até QUATRO BARRAS.

Todos os segmentos da sociedade paranaense desejam e solicitam, em caráter de urgência, providências no sentido de reverter a situação, pois estamos assistindo o agravamento do problema com a rodovia BR-116 de alto volume de tráfego de veículo transportando a riqueza do País, trafegando pelo perímetro urbano de Curitiba, causando transtorno ao tráfego bem como ceifando vidas. Os prejuízos com a paralisação dessas obras são incalculáveis, afetando a vida econômica e social de toda a região sul, razão porque encarecemos a determinação de estudos urgentíssimos no sentido de que seja incluído no orçamento geral da União para o próximo exercício as obras do Contorno Leste de Curitiba.

Um fato importante que deve ser levado em consideração é que o Paraná tem dado a sua cota de sacrifício em benefício da União e em contrapartida suas reivindicações mais primárias, às vezes são relegadas a um segundo plano. É preciso que se façam estas colocações para justificar este pedido que não é nosso mas de toda a classe produtora do Paraná.

O progresso do sul exige celeridade nas nossas deliberações para atender a caminhada rumo a um grandioso futuro, mas para tanto é urgente, é imperioso que se efetive a conclusão do Contorno Leste de Curitiba, para podermos manter diálogo franco, aberto e permanente com as autoridades federais donde emana o poder de exe-

cução de obras que estamos solicitando.

A fidalguia, a maneira acolhedora, com respeito, como o Senhor Ministro Afonso Camargo Neto tem recebido nossos pleitos, temos certeza do acolhimento deste para caminharmos juntos, irmanados com os mesmos propósitos para tentar conquistar um futuro promissor para o nosso Estado e o Sul como um todo.

REQUERIMENTO N° 1145

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, solicitando a construção de uma ponte em concreto, sobre o Rio Barreiro, no município de Rebouças.

Sala das Sessões, em 03.08.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1146

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário de Agricultura e Abastecimento, solicitando a efetivação de convênio, com vistas a construção de um Abatedouro Municipal em Rio Azul.

Sala das Sessões, em 03.08.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1147

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. Superintendente da FUNDEPAR, solicitando a construção de salas de aula na Escola Presidente Kennedy, na localidade de Ribeirão de Cima no município de Teixeira Soares.

Sala das Sessões, em 03.08.92.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 1148

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado expediente ao Exmo. Senhor Secretário de Saúde, Dr. Nizan Pereira, solicitando a liberação de recursos financeiros para o município de Rebouças, para a aquisição de equipamentos médico para o Hospital de Caridade Darcy Vargas daquela municipalidade.

Sala das Sessões, em 03.08.92.

(a) TOTI COLAÇO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 202/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica declarado de Utilidade Pública Estadual o SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CLEVELÂNDIA, com sede e foro na cidade de Clevelândia.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.92.

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

JUSTIFICATIVA:

De acordo com a Lei n° 6.994/78 estamos apresentando o projeto de lei que declara de Utilidade Pública Estadual, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de CLEVELÂNDIA, com sede e foro na cidade de Clevelândia, com C.G.C. 80871007/0001-18.

Fundada em 31 de outubro de 1989, com suas atividades em perfeito andamento, conforme comprova a documentação anexa, procurando dar toda a assistência estabelecida em seus estatutos, contando com apoio incondicional de todo o seu corpo associativo, principalmente de sua Diretoria, bem como de todos os segmentos da sociedade local.

A entidade devidamente registrada no Cartório de Títulos e documentos da Comarca, sob n° 208 às fls. 60 do livro n° 02 de pessoas jurídicas de 06 de dezembro de 1989, bem como sua alteração promovida e aprovada pela Assembléia Geral do dia 26 de junho de 1991, devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos às fls. 57V. Sob n° 7.295 no Livro B-13 no dia 05 de julho de 1991, conforme xerox anexo, onde consta é gratuito o exercício de todos os Diretores.

Seu estatuto por si só, traduz a elevada significância social da entidade, pois define claramente seus objetivos.

O SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE CLEVELÂNDIA, não remunera os membros de sua Diretoria pelo exercício de suas funções, não tem fito lucrativo, não distribui dividendos sob forma alguma e aplica integralmente o superavit, eventualmente verificado em seus exercícios financeiros, na manutenção e desenvolvimento de suas finalidades estatutárias enumeradas em seu bojo.

As razões aqui explícitas nos convencem da oportunidade do presente plano de lei, para o qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

PROJETO DE LEI N° 203/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a criar o Programa de Apoio À Criação, Implantação e Manutenção das Casas Familiares Rurais, nos Municípios agrícolas, em todo o Estado do Paraná;

Art. 2° - A Casa Familiar Rural é uma instituição de ensino, que tem por objetivo formar jovens agricultores, acima de 14 anos, nas práticas agropecuárias, em curso de 03 (três) anos, através de uma metodologia que consiste em organizar o trabalho educativo de modo a alterar momentos de discussão, reflexão e sistematização na escola, com momentos de observação na prática do trabalho familiar e da aplicação, na propriedade, dos ensinamentos formalizados na Casa Familiar Rural;

Art. 3° - Para o desenvolvimento de sua prática pedagógica a CASA FAMILIAR RURAL contará com a coordenação da Secretaria de Estado da Educação e apoio das demais Secretarias e, em especial, a Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento;

Art. 4° - A construção da Casa Familiar Rural será coordenada pela Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR -, podendo para tanto destinar recursos, sob forma de convênios, à Prefeitura e/ou Associação de Produtores legalmente constituídas.

Art. 5° - O Poder Executivo destinará recursos específicos para tal Programa, que serão fixados em Orçamento;

Art. 6° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 03.08.92.

(a) EDSON SILVA LINO

JUSTIFICATIVA:

O Paraná é um Estado notadamente agrícola, com número expressivo de pequenos e médios produtores, a maioria residindo no campo e não nas cidades.

As culturas praticadas pelos nossos agricultores são as mais variadas possíveis, destacando-se o milho, feijão, café, algodão, soja, trigo, além da pecuária de leite e de corte. Contudo, predomina a monocultura, muitas vezes com a assimilação de técnicas não apropriadas ao porte do produtor.

Estes elementos, somados à política agrícola e educacional vigentes e a crise econômica e social existente no País, cria dificuldades enormes para a permanência destas famílias no campo, principalmente para os jovens.

Urge, que se busque alternativas de vida dentro das reais condições destes proprietários, incentivando a diversificação das atividades, através de um trabalho que resgate o amor à terra e viabilize condições sócio-econômicas para a continuidade no campo.

É neste contexto que se insere a proposta da CASA FAMILIAR RURAL, uma instituição de ensino, com características de semi-internato, administrada pela própria comunidade e dedicada ao ensino formal e de técnicas agrícolas. Com essas características o jovem pode ficar parte do tempo na escola, aprendendo, parte do tempo em casa, na propriedade dos seus pais, mantendo o vínculo com o meio rural. No sentido de melhor esclarecer a nossa proposta, anexamos ao presente projeto de lei, documento que tem subsidiado a discussão deste tema na região do Vale do Ivaí.

Convicto de que a questão da fixação do homem do campo é preocupação constante deste Casa de Leis, confiamos contar com o apoio dos nobres Pares ao nosso projeto de lei criando a CASA FAMILIAR RURAL.

PROJETO DE LEI N° 204/92
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica o Poder Executivo autorizado a proceder à instalação de uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de União da Vitória - Pr.

Art. 2° - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03.08.92.

(a) ANIBAL KHLRY

JUSTIFICATIVA:

É certo que o aumento da população de um município, é um dos resultados do progresso alcançado por ele, e que este progresso, indubitavelmente, teve como grandes colaboradores, principalmente na década passada, e neste que se segue, a população feminina. As tão amadas "Donas do Lar", são hoje, também, muito valorizadas no mercado de trabalho, lutando, quase sempre, de "igual para igual" com os homens. Como nada é perfeito, sempre nos deparamos com o "quase", e neste caso se configura com a discriminação que a mulher ainda sofre dentro e fora do lar. Deste modo, vem a Delegacia da Mulher com o intuito de promover mais efetivamente a defesa daquelas que sofrem diariamente os "abusos" e a discriminação de uma sociedade extremamente machista. Garantia de Segurança é direito do povo e um dever do Estado.

(Lê):

"Senhora e Senhores Deputados.

Ao saudá-los como legítimos representantes do povo paranaense, neste retorno dos trabalhos legislativos normais, desejo dar conta dos acontecimentos ocorridos durante o recesso de julho, para conhecimento e deliberação de Vossas Excelências.

Como é do conhecimento geral, durante

o recesso, circunstâncias imperiosas nos levaram, em conjunto com o Poder Executivo, a desencadear o Movimento "O Paraná é Indivisível", que teve imediata resposta da sociedade paranaense e repercutiu, adiante, no vizinho Estado de Santa Catarina.

Essa mobilização pela unidade territorial se fazia urgente porque, ante o silêncio geral de todos nós e a inobservância dos preceitos constitucionais, tramitava, solerte, pela Câmara Federal, uma iniciativa visando à mutilação do território paranaense.

Com o propósito declarado de restaurar o extinto território do Iguazu, cogitava-se separar parcela representativa de nosso território para, juntamente com terras de Santa Catarina, instalar na região oeste um hipotético terceiro estado, às custas de território subtraído de nós e dos catarinenses.

A reação que em hora oportuna passamos a coordenar, ao lado e firmanados com o eminente Governador Roberto Requião - e as autoridades legislativas e executivas de Santa Catarina, que aqui enviaram, para a sessão do dia 21 de julho, o ilustre Presidente da Assembléia Legislativa Deputado Otávio Gilson e o Procurador Geral do Estado Dr. Nelson Serpa - essa reação já está dando frutos, como demonstra relatório encaminhado pessoalmente a cada um dos Senhores Deputados.

Não obstante, ainda não vencemos inteiramente a guerra em que nos empenhamos pela defesa do solo sagrado de nossa terra. Para assegurarmos o Paraná indivisível faz-se mister a união vigilante de todos os membros desta Casa Representativa do povo do Paraná.

A propósito, e como desdobramento das ações que estamos intentando, com vistas à mobilização das Bancadas Federais do Paraná e Santa Catarina perante o Congresso Nacional, Sua Excia. o Senhor Governador Roberto Requião submeteu a esta Legislatura Estadual, consulta prévia sobre seu posicionamento quanto à pretendida mutilação territorial. Deveremos responder, nos termos do artigo 48, inciso VI da Constituição Federal, que prevê autorização prévia e expressa das Legislaturas Estaduais para o efeito, se concordamos ou, em algum momento do futuro previsível nos disporemos a concordar, com a cessão de território para formar um hipotético novo estado nas lindes oeste.

Estou seguro de que a posição majoritária, para não dizer unânime, desta Assembléia, será no sentido negativo.

O Paraná não cede o território que conquistou durante a saga do período formativo histórico; não cede nem cederá, pacificamente, o território tornado sagrado

pelos feitos dos nossos antepassados, quando os assim chamamos "curitibanos" alargaram o domínio português da América para muito além dos limites primitivos fixados no Tratado de Tordesilhas; sujeitando o elemento indígena; arrostando o ocupante castelhano e fixando o estatuto de ocupação, que foi referendado nos tratados históricos de Madrid, de Santo Ildefonso e outros.

Não concordando a Assembléia, não pode prosperar qualquer tentativa de fracionamento do território paranaense, sob pena de violação do compromisso federativo; e isso faremos saber, por proclamação alta-veia e firme, aos órgãos próprios da União Federal.

Mas não pode prosperar, de forma alguma, o projeto do decreto legislativo nº 141/91, em tramitação na Câmara dos Deputados, para autorizar consulta plebiscitária em parcela do território do Paraná, por vício constitucional insanável.

Isso porque esse projeto de consulta não foi antecedido pelo cumprimento da determinação imperativa e prévia fixada no artigo 12 do Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 vigente que, conforme a boa doutrina, deveria ter sido e não foi cumprido por razões que não cogitamos, mas que agora aproveitam à causa paranaense.

Diz, com efeito, a regra constitucional transitória, que "será criada, dentro de noventa dias da promulgação da Constituição, Comissão de Estudos Territoriais, com dez membros indicados pelo Congresso Nacional e cinco pelo Poder Executivo, com a finalidade de apresentar estudos sobre o território nacional e anteprojetos relativos a novas unidades territoriais, notadamente na Amazonia Legal e em áreas pendentes de solução".

E o parágrafo primeiro acresce: "No prazo de um ano, a Comissão submeterá ao Congresso Nacional, os resultados de seus estudos para, nos termos da Constituição, serem apreciados nos doze meses subsequentes".

Quer dizer, qualquer matéria referente à redivisão territorial do País depende, previamente, da instalação, estudos e relatório conclusivo da comissão constitucional especial.

Não tendo sido o órgão instalado, nem tendo por isso mesmo apresentado quaisquer conclusões, falece de direito o propósito de quem quer que seja de mutilar território de Estado constituído, sob pena de violação constitucional.

Será pois, com absoluto fundamento na Constituição Federal que o Paraná repeli- rá, como repele neste momento, qualquer tentativa de mutilação de seu território. Resistiremos ancorados em nosso direito e

com a mesma energia e bravura, a mesma altaneria cívica que nos fez uma identidade regional respeitada pelo trabalho e pela civilização dentro da Federação Brasileira.

Repeliremos com a coragem de nossos pais e o compromisso para com nossos filhos. Como o guerreiro guairacá proclamamos e sustentamos aos oportunistas, aos desavisados, aos aventureiros, que: **O Paraná é Indivisível**", porque esta terra tem dono!"

O Sr. Algaci Túlio - Permite um aparte, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra a Vossa Excelência.

O Sr. Algaci Túlio - Sr. Presidente, quero cumprimentá-lo pela tomada de posição de Sua Excelência na condição de Presidente na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, ao abrir um debate, ao tomar uma posição enorme do Estado do Paraná, convocando, mesmo durante o recesso parlamentar, Parlamentares, a sociedade paranaense, o Governo do Estado, no sentido de que nesta Casa fosse discutida a questão da divisão do território paranaense.

Eu acho que a Assembléia Legislativa deu um passo importante, chamou para si a responsabilidade, chamou para os ombros dos Srs. Parlamentares esta responsabilidade no que diz respeito a discuti-lo e avaliar com muito cuidado, sem paixões regionais a questão da divisão do Paraná.

Nós, por ocasião deste debate, na condição de Prefeito interino da Capital do Estado, falamos naquela ocasião em nome do Prefeito da cidade de Curitiba, que também não quer o coração da cidade de Curitiba, não quer que haja divisão do coração curitibano. Por conseguinte, naquele momento deixamos bem clara a nossa posição, em nome da Capital do Estado do Paraná, em nome do povo de Curitiba, temos certeza de que trouxemos a este Plenário a posição de cada um dos curitibanos, que não concordam com essa divisão. Essa divisão é acima de tudo um desrespeito, dividir, exercitar a insensatez, a ingenuidade àqueles que foram surrupiadas as informações e os dados necessários à análise justa e ampla do caso.

Podemos dedicar nossos argumentos, porque eles querem o bem a si e aos seus; aos insensatos precisamos encomendar o seu mais veemente repúdio, porque eles movem a campanha insidiosa contra o Paraná, contra o seu povo, contra cada uma das instituições que aqui estão, porque eles marcham por cima da nossa Constituição.

Além do que, o Projeto de autoria do Deputado Edi Siliprandi, muito embora per-

tencendo à Bancada do PDT, é um Projeto personalista e não tem conotação partidária. Aliás, a Bancada do PDT encaminhou aos Deputados Federais e Senadores do Partido um manifesto contra a proposta, que jamais foi discutida dentro do Partido e que fere o nosso programa por atentar aos interesses na nação brasileira, apontados neste momento para a superação da crise e a retomada do crescimento com justiça e igualdade para todos os brasileiros.

Além do mais, o Projeto do Deputado Edi Siliprandi não respeitou três artigos da Constituição Federal, o artigo 12, o artigo 18 e o artigo 48 que diz: "incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de territórios ou estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas".

O que infelizmente não aconteceu, somente através da iniciativa da Presidência desta Casa é que nós começamos realmente a tratar deste caso, no entanto o Sr. Edi Siliprandi passou por cima dos três artigos da Constituição Federal. Eu quero dizer neste momento que volto a reafirmar aqui a posição do Prefeito de Curitiba, Prefeito Jaime Lerner, a posição deste Parlamentar que eu tenho certeza é a posição de quase a maioria dos Parlamentares da Bancada do PDT respeitando a posição do companheiro Albino Corazza, que é um Deputado da região que seria evidentemente, faria parte desta divisão.

Mas eu quero deixar bem claro aqui e mais uma vez fazer um alerta que fiz naquela ocasião quando nós aqui debatemos, que não usem os inimigos políticos como bandeira de campanha de que o PDT quer dividir o Paraná, absolutamente, a intenção é de um Parlamentar do Partido cuja proposta não foi discutida dentro do Partido, portanto não se pode responsabilizar um Partido a intenção da atitude de um seu Parlamentar que afinal de contas, palavras deste Parlamentar, não tem demonstrado ser um elemento partidário, não tem reconhecimento, inclusive, a direção executiva do atual Partido, não tem participado de reuniões do Partido por conseguinte, eu, este Parlamentar, praticamente não o considera como elemento partidário.

Por esta razão quero deixar bem claro aqui que a posição de Curitiba, a posição deste Parlamentar, a posição do Prefeito Jaime Lerner, é contrária a divisão do Estado do Paraná.

Quero aproveitar a ocasião, Sr. Presidente, para cumprimentá-lo, e por conseguinte cumprimentar todos os Parlamentares, porque a Assembléia Legislativa, muito embora esteja vivendo a classe política uma fase de total descrédito, esta Casa dá exemplo para o Brasil.

V.Exa., na ausência do Governador Roberto Requião de Mello e Silva assumiu o

Palácio Iguaçu, este Parlamentar no mesmo período, então dois Parlamentares para dois cargos Executivo, fato que entra na história desta Casa. Enquanto V.Exa. assumia o Palácio do Governo nós pela 14ª vez no mesmo período assumíamos a Prefeitura de Curitiba.

Acho que isso deve servir de exemplo para outros Legislativos onde a classe política está desacreditada. Aqui no Paraná se leva a política a sério, e por esta razão este Legislativo tem que passar a ser mais respeitado.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu agradeço o Deputado Algaci Túlio.

Realmente nós, a Assembléia do Paraná assumiu determinados dias o Palácio do Governo, o Palácio Iguaçu e a Prefeitura de Curitiba, e assim mesmo o Deputado Algaci Túlio, compareceu aqui na nossa reunião de protesto, de alertamento contra o desmembramento do Estado do Paraná.

Parabéns, Deputado Algaci Túlio.

Sr. Geraldo Cartário com a palavra.

O Sr. Geraldo Cartário - Sr. Presidente.

Em nome da Bancada do Partido Social Trabalhista, queremos nos congratular com V.Exa. pela forma corajosa e independente que se colocou em nome da Assembléia e em seu nome pessoal, sobre esse Projeto oportunista que não passa de uma oportunidade eleitoreira na região de Cascavel pelo Deputado que somente ele hoje, com mandato outorgado pelo povo quer dividir o Paraná.

Estou certo que o Paraná, muito bem representado pelos 54 Deputados, e que as decisões maiores terão que sair daqui, não de um Projeto pessoal, de interesse, porque o Deputado de Cascavel que está com esse carnaval todo querendo dividir o Paraná, se elegeu em cima de uma proposta que ele apresentava enganando o povo, porque nós sabemos que o Paraná jamais será dividido.

E nós queremos lhe cumprimentar como também outros homens que têm apresentado propostas em benefício do Paraná, como o Dr. Francisco Cunha Pereira, paranista que também abraçou esta causa de não deixar acontecer essa divisão.

Quero também cumprimentar V.Exa. pela integração que hoje existe entre a Assembléia e o Governo do Estado, quando S.Exa. o Governador Roberto Requião prestigiou sobremaneira esta Casa convidando V.Exa. para assumir o cargo de Governador do Estado do Paraná.

Da mesma forma cumprimentamos o Algaci Túlio, que mais uma vez com muito brilho exerceu o cargo de Prefeito da Capital do Estado, e o Heinz que assumiu a

Presidência da Assembléia.

Então, minha admiração e respeito pelos homens que vêm dignificando e enaltecendo a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Com a palavra o Deputado Toti Colaço.

O Sr. Toti Colaço - Sr. Presidente, Sra. e Srs. Parlamentares.

Pedi a palavra neste instante para poder cumprimentar o nosso Presidente como um vanguardeiro dos interesses do Paraná.

O nosso Presidente, além de assumir o Governo do Estado, tomou uma decisão corajosa em nome da Casa, em nome de todos nós, dizendo e fazendo com que prevalecesse a vontade dos Parlamentares. Eu diria, Sr. Presidente e Srs. Parlamentares, que o estadista, um governante que não cuida de suas divisas da sua fronteira, não é digno de ser estadista e não é digno de ser dirigente de um povo.

Desta forma, eu quero cumprimentar o nosso Governador Roberto Requião também e, muito especialmente, o nosso Presidente que, no momento de recesso, como um vanguardeiro, como um guardião dos interesses do Paraná fez um movimento aonde está dando um basta àquele que quer dividir o nosso Estado.

Desta forma, Sr. Presidente, em nome dos sulistas, eu cumprimento V.Exa. e que sejam extensivos também os cumprimentos ao nosso Governador Roberto Requião pela iniciativa, pela coragem e pela forma com que estão conduzindo e dizendo não à divisão do querido Estado do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Eu agradeço ao Deputado Toti Colaço a manifestação de apreço e de apoio por esta luta que a Assembléia do Paraná iniciou em defesa da integridade do nosso território.

O Sr. Orlando Pessutti - Concede-me a palavra, Sr. Presidente?
(Assentimento)

Sr. Presidente, Deputado Anibal Khury; Deputado João Arruda e Deputado Traiano, nossos Secretários; demais Deputados.

Sr. Presidente, no nosso entendimento, mais uma vez a Assembléia Legislativa do Paraná demonstrou a sua eficiência e, principalmente, a eficácia dos seus Parlamentares mesmo num período de recesso parlamentar. Enquanto muitas vezes, nós somos alvos de críticas de que os Parlamentares não trabalham, de que os Parlamentares já estariam preparando-se para não trabalhar por mais dois ou três meses, a Assembléia Legislativa deu uma demonstração clara de que aqui se trabalha em qual-

quer época do ano e em qualquer momento do dia e, se necessário for, até a noite.

V.Exa., ao ser convocado para o cumprimento da nossa Constituição, a substituir o Governador Roberto Requião, dado o impedimento do mesmo e do vice-Governador Mário Pereira em compromissos do interesse do Paraná relativos ao MERCOSUL, V.Exa. demonstrou mais uma vez todo o tino político-administrativo do qual é possuidor e conduziu os destinos do Paraná dentro daquilo que era de se esperar: com grandeza, com dedicação, sem que a passagem de V.Exa. por lá representasse - como em algumas outras circunstâncias, até mesmo no País ou em outros Estados e municípios - um risco à gestão pública. Pelo contrário, representou uma segurança dado o respeito com que V.Exa. e a eficiência com que se conduziu a frente do Governo do Estado do Paraná.

Da mesma forma, o Deputado Algaci Túlio representava também este Poder como Prefeito Municipal de Curitiba. Então, demonstra que a Assembléia Legislativa, os seus Parlamentares estão atentos e a postos para, em qualquer momento que convocados, responderem pela gestão da vida pública do Estado e o fazê-lo com eficiência como o fizeram Vs.Exas., ao mesmo tempo em que V.Exa., mesmo no recesso parlamentar, não estava, de repente, incumbido de realizar determinadas tarefas, houve por bem V.Exa. e este Poder Legislativo tomar a frente nesse processo que é por demais preocupante a todos nós, porque diz respeito à divisão do Estado do Paraná e do Estado de Santa Catarina e a consequente criação do Estado do Iguazu.

Mais uma vez demonstrou a Assembléia Legislativa que, embora em recesso parlamentar, estava aberta e disposta a trabalhar pelos interesses maiores do nosso Estado.

E desta forma, só nos resta cumprimentar V.Exa. pela presteza, pela rapidez com que agiu, demonstrando que, mesmo num período em que aqui não estamos trabalhando neste Plenário, os Parlamentares do Paraná estão trabalhando, ou nos municípios ou mesmo na Assembléia Legislativa, quando assuntos de caráter extraordinário se apresentam e mereçam a nossa atenção.

Cumprimento igualmente o nosso Governador Roberto Requião, pela presença durante os debates e pela pronta manifestação, pela pronta providência que adotou enviando a esta Assembléia Legislativa uma mensagem onde nós, os Parlamentares, seremos consultados acerca desse assunto.

Fica portanto evidente, que a Assembléia Legislativa do Paraná, com eleições ou sem eleições, em período eleitoral ou fora do período eleitoral, em recesso parlamentar ou no dia-a-dia desta Assembléia,

ela trabalha na defesa dos interesses maiores do nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Agradeço ao Deputado Pessuti e devo dizer a V.Exa. que a minha presença no Palácio Iguazu não foi a representação pessoal, mas foi a representação da Assembléia que eu tenho a honra de presidir, bem como a atitude que tomamos de iniciar movimento contra esta decisão de Deputado aqui do Paraná de seccionar o Paraná.

Por isso Deputado Orlando Pessuti, a minha missão foi a missão que a Assembléia Legislativa me delegou.

Obrigado a V.Exa.

O Sr. Oswaldo Trevisan - V.Exa. me concede um aparte?

(Assentimento).

Caro Presidente Anibal Khury, a Mesa, Sras. e Srs. Deputados.

Eu quero registrar também, Presidente, a minha satisfação por ter participado daquela grande reunião aqui realizada, quando V.Exa. promoveu aqui aquele memorável encontro: "O Paraná é Indivisível".

Na ocasião, nós tivemos a Casa completamente repleta das mais expressivas autoridades do Paraná e também de Santa Catarina. Havia gente no plenário, nas Tribunas de Honra, nas galerias, com a Casa mostrando todo calor humano em apoio a este movimento em que participa V.Exa. e do qual V.Exa. escreveu este trabalho distribuído naquele dia aqui, quando também estavam presentes o Governador Roberto Requião, representante do Governador de Santa Catarina, Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina e diversos oradores dos mais expressivos, ocuparam as tribunas para aqui trazer o apoio ao trabalho liderado por V.Exa..

Merece registro portanto, caro Presidente Anibal Khury, merece o reconhecimento desta Casa este trabalho liderado por V.Exa., mas também merece registro a passagem de V.Exa. pelo Governo do Estado. Governador Roberto Requião e o vice-governador Mário Pereira tendo que se ausentar do País, V.Exa. quando constitucionalmente exerceu o Governo do Estado pelo período em que estiveram ausentes.

Quero dizer a V.Exa. que este bom relacionamento, este entendimento entre o Poder Executivo, Governador Roberto Requião e o Poder Legislativo aqui representado por V.Exa., promove na população do Paraná grande contentamento em ver os seus homens públicos se entenderem e saberem conduzir os destinos do Paraná sempre a porto seguro, sempre com firmeza, sempre com dedicação.

V.Exa. a par da produtividade que tem dado a esta Assembléia, impôs esta Assem-

bléia no respeito em todo o Brasil, mais uma vez V.Exa. mostrou ao povo do Paraná e ao Brasil o estadista que V.Exa. é, um homem que sabe conduzir a vida pública com dignidade, com competência, com eficiência e por isso V.Exa. merece o respeito de toda esta Casa e de todo o povo do Paraná. Era o nosso registro, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Obrigado, Deputado Trevisan.
Com a palavra o Deputado José Tavares.

O Sr. José Tavares - Apenas, Sr. Presidente, para me somar às manifestações aqui do Plenário a esse Encontro em boa hora promovido por V.Exa. na condição de Presidente desta Casa e também dizer a V.Exa. e à Casa que, quando da Assembléia Constituinte, este Deputado, por ocasião da análise das diferentes Emendas que visavam criar Estados, teve oportunidade de se manifestar contrariamente a todas as propostas, com exceção daquela que visava criar o Estado do Tocantins.

Já naquela oportunidade esta questão veio à tona, veio à discussão na Constituinte e nós unissonamente na Constituinte - praticamente 99% da Bancada do Paraná naquela Assembléia - nos posicionamos contrariamente a divisão do nosso Estado. Achamos que esta medida, com todo o respeito, é uma medida eleitoreira. Esse projeto é um projeto eleitoreiro e demagógico. Não tem sentido, Sr. Presidente, não pode passar pela cabeça de qualquer pessoa sensata, dividir um Estado como o Paraná. Não tem o menor sentido.

O que nós devemos, isto sim, é analisando o Brasil como um todo, procurarmos rediscutir a sua divisão territorial. Analisando Estados como o Estado do Pará, por exemplo, aonde nós temos cidades como Santarém, que fica distante mil e quinhentos quilômetros da Capital do Estado. Isto sim eu acho que deve ser assunto, que deve ser motivo de análise no Plenário do Congresso Nacional, mas jamais dividir um Estado como o Estado do Paraná.

Por esta razão é que me somo às vozes aqui hoje no Plenário desta Casa para parabenizar V.Exa., juntamente com o Governador Roberto Requião, pelas posições tomadas, visando não dividir o Paraná, mas mantê-lo íntegro, porque é assim que o Paraná tem que ficar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Obrigado, Deputado José Tavares.

Realmente a Assembléia está unida no sentido de que se evite o retalhamento do Paraná, mesmo porque o Paraná tem dado à região que se pretende incorporar ao Estado Iguazu mais do que arrecada. É uma luta

que não vai ser fácil e eu convoco a todos os Senhores Deputados para que dela participem, a fim de que o Paraná se mantenha íntegro.

Encerrado o horário do Grande Expediente, passa-se à

ORDEM DO DIA,
com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a Mesa, Ofício ATG 0513/92, subscrito pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, comunicando sua ausência no período de 05 a 10 do corrente mês, em função de viagem para tratar de assuntos de interesse do Estado do Paraná.-Lido no expediente. À Diretoria Legislativa, para anotar.

Ofício n° 442/92, subscrito pelo Sr. Deputado Mário Bezerra, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência na sessão plenária do dia 03 do corrente mês, em virtude de compromissos no município de Cianorte.-À Diretoria Legislativa, para anotar.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente. Necessita de apoio.-Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente. Necessita de apoio.-Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio.-Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Sobre a mesa, requerimentos de n°s 1135, 1136, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente. - **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1137, 1138, de

autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constantes do expediente.-**Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1139 a 1142, de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constantes do expediente.-**Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1143, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente.-**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1144, de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do expediente.-**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1130, de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente.-**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos de n°s 1146 a 1148, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constantes do expediente.-**Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1145-A, de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente.-**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1145, de autoria do Sr. Deputado Toti Colaço, constante do expediente.-**Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 04, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

1.ª DISCUSSÃO - Dos Projetos de Lei n°s 022, 056, 107, 147 e 149/92.

Levanta-se a sessão.